

A PROBLEMÁTICA DO ESPAÇO: UM PROBLEMA KANTIANO NO TRACTATUS¹

Thiago Aquino (UFPE)²
tama_aquino@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta uma leitura do aforismo 6.36111 do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein a partir da sua localização no amplo debate crítico com o projeto da filosofia transcendental. A intenção do artigo consiste em esclarecer o pano de fundo histórico sugerido pela menção ao “problema kantiano”, evidenciando que Wittgenstein encontrou no contexto da disputa em torno da espacialidade, que não está explícita no aforismo, alguns argumentos para a recusa da concepção chave da filosofia teórica de Kant: a idealidade do espaço como forma pura da intuição.

Palavras-chave: Filosofia Transcendental; Espaço; Wittgenstein; Kant.

O problema da relação entre Kant e Wittgenstein sempre despertou a atenção dos intérpretes. Desde o início, o interesse demonstrado por esta relação entre os dois pensadores foi animado também pela tentativa de determinar o grau de vínculo do primeiro Wittgenstein à tradição kantiana. Este esforço de esclarecimento justifica-se pela constatação de que há um marco comum interligando as suas reflexões, qual seja, o projeto filosófico de demarcação dos limites do

¹ Recebido: 12-05-2014/ Aprovado: 23-07-2015/Publicado on-line: 31-08-2015.

² Thiago Aquino é professor Adjunto I da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

discurso teórico-científico. Este projeto – desenvolvido na *Crítica da Razão Pura* e no *Tractatus Logico-Philosophicus* a partir de perspectivas distintas, mas similares – visa, em última instância, esclarecer quais as condições de possibilidade de proposições significativas. Tendo em vista esta convergência geral, tornou-se necessário discutir em que medida o *Tractatus* é tributário do ponto de vista transcendental kantiano. É preciso reconhecer, todavia, que essa questão está marcada por uma ambivalência ainda não suficientemente ressaltada na discussão. Há uma duplicidade na pergunta colocada, porque existem, pelo menos, duas formas distintas de entender o pertencimento à “tradição” da filosofia transcendental.

A primeira interpretação possível do pertencimento busca apresentar critérios de identificação da perspectiva transcendental, ou seja, delinear padrões argumentativos que permitam a localização de elementos transcendentais na arquitetura do *Tractatus*. Compreendida nesses termos, a questão poderia ser formulada no seguinte modo: é possível evidenciar que o primeiro Wittgenstein elabora uma forma específica de filosofia transcendental? O aspecto importante desta formulação é que uma resposta positiva à questão não implicaria a necessidade de pressupor um comprometimento com teses estritamente kantianas.

Desde a sua elaboração inaugural por Kant na *Crítica da Razão Pura*, a filosofia transcendental tem apresentado uma enorme capacidade de transformação sob a forma de variações que não estão mais presas a teses ou estratégias argumentativas estritamente kantianas; o que justifica falarmos em modelos não-kantianos de filosofia transcendental. Como exemplos mais imediatos desse processo, podem ser citados, além da doutrina da ciência de Fichte, a fenomenologia

logia eidética de Husserl, a analítica existencial elaborada por Heidegger, a filosofia das formas simbólicas de Cassirer, a pragmática transcendental de Apel e, possivelmente, também a crítica do sentido apresentada no *Tractatus*. Não é consensual, entretanto, considerar esta última obra como exemplificação da filosofia transcendental. Isto ocorre principalmente entre os intérpretes que, não observando a diferenciação proposta acima, formulam a questão sobre a pertença do *Tractatus* ao pensamento transcendental nos termos de uma adesão, explícita ou implícita, à teses kantianas³. Compreendida deste modo, a questão do pertencimento à filosofia transcendental receberia outra formulação: é possível detectar a defesa de teses estritamente kantianas no primeiro Wittgenstein?

A ausência de uma separação clara das duas possíveis interpretações da ligação da primeira fase do pensamento de Wittgenstein com a tradição kantiana de filosofia transcendental gera um encurtamento do debate, pois fortalece a concepção de que a inexistência no *Tractatus Logico-Philosophicus* de teses estritamente kantianas é um referencial suficiente para eliminar todas relações de proximidade e/ou continuidade. De fato, as leituras que pretendem descartar qualquer elemento de filosofia transcendental do *Tractatus* pressupõem justamente uma restrição da filosofia transcendental ao kantismo. Esta interpretação é também reforçada por meio da lenda segundo a qual Wittgenstein não possuía conhecimentos profundos da história da filosofia, fato que estaria comprovado pelo escasso número de re-

³ Como exemplos desta abordagem posso mencionar: HALLER, R. Wittgenstein: um neokantiano? In: *Wittgenstein e a filosofia austríaca: Questões*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990, p.55-66; VISSER, H. Wittgenstein as a Non-Kantian Philosopher. In: *Proceedings of the 5th International Wittgenstein Symposium*, p. 399-405, 1980.

ferências a outros autores ao longo da sua obra. No que diz respeito à formação e conhecimento da história da filosofia, seria possível defender pelo menos a existência de uma influência kantiana indireta, uma vez que, como comenta Hacker:

[...] dos cinco filósofos que influenciaram principalmente Wittgenstein, nomeadamente Hertz, Frege, Russell, Schopenhauer e talvez Brouwer, três pelo menos eram profundamente devedores de Kant. Por isso não é de nenhum modo surpreendente que a filosofia de Wittgenstein mostre afinidades profundas com a kantiana, apesar do fato de que ele nunca tenha estudado Kant [...]. (HACKER 1978, p. 190)⁴.

No que diz respeito a segunda dificuldade relativa à ausência de referências, é preciso ter em vista que a restrição feita por Wittgenstein no prefácio do *Tractatus* a citações e referências explícitas a outros autores está ligada à sua despretensão à novidade, ou seja, à indiferença em determinar “em que medida é que os meus esforços coincidem com os de outros filósofos” (WITTGENSTEIN 1984a, p. 9). Além disso, o propósito principal do tratado é apresentar uma crítica da linguagem e não tanto uma crítica de sistemas particulares⁵. Apesar das restrições mencionadas, pode-se perceber que quando uma problemática filosófica decisiva está em jogo, Wittgenstein não se furta ao confronto direto com autores da tradição através de críticas explícitas aos erros, imprecisões ou insuficiências de seus precedentes, principalmente Frege e Russell, mas também de outros au-

⁴ Salvo indicação contrária todas as traduções são minhas.

⁵ Kant defende uma posição análoga ao esclarecer que por crítica entende: “[...] não uma crítica de livros e sistemas, mas da faculdade da razão em geral com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, independentemente de toda experiência [...]” [CRP A XII] cf. KANT, I. *Kritik der reinen Vernunft*, in: *Kants Gesammelte Schriften*. Herausgegeben von der Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften. Abt. 1, Bd. III, Berlin, 1911a.

tores .

Nessa direção, pode-se constatar que até o momento pouca atenção foi dada a um curto aforismo do *Tractatus* no qual Wittgenstein se posiciona criticamente frente à solução do filósofo de Königsberg a um problema de geometria. Trata-se do aforismo 6.36111 que menciona explicitamente “o problema kantiano da mão direita e esquerda.” Através desta observação curta, Wittgenstein está se referindo à problemática das contrapartidas incongruentes que consiste na seguinte dificuldade: como esclarecer que objetos simétricos, ou seja, idênticos em todas as suas partes, sejam incongruentes, quer dizer, sejam constituídos de tal modo que não seja possível que um ocupe os mesmos limites do outro? Neste artigo, tentarei simplesmente expor o contexto histórico desse aforismo em dois passos: (i) primeiramente, tematizarei o problema dos incongruentes em Kant para, em seguida (ii), analisar o lugar deste “problema kantiano” na estrutura do *Tractatus*. A intenção principal do artigo é oferecer uma interpretação do contexto e da função desse aforismo, fortalecendo a estratégia hermenêutica de abordar o *Tractatus* a partir dos diálogos implícitos com a tradição filosófica, neste caso, em particular com a filosofia transcendental .

I. O PROBLEMA DOS INCONGRUENTES E A CONCEPÇÃO KANTIANA DO ESPAÇO

Kant aborda a temática das partes incongruentes em diversos textos de diferentes fases do seu caminho de pensamento⁶, dentre os quais irei privilegiar a discussão apresentada

⁶ Além do mencionado parágrafo no *Prolegômenos*, Kant também discute o problema das contra-Cont.

no parágrafo 13 dos *Prolegômenos a toda Metafísica Futura*. A razão da escolha se tornará clara na exposição que segue. Esse parágrafo está localizado, do ponto de vista da articulação da obra mencionada, no contexto do desenvolvimento da questão transcendental central sobre a possibilidade de juízos sintéticos *a priori* por meio da sua ilustração em diferentes campos do saber teórico. Na primeira parte, a questão geral refere-se especificamente à matemática: como é possível o conhecimento matemático puro?⁷ Procedendo de modo analítico, a argumentação dos *Prolegômenos* parte da admissão enquanto fato daquilo que é procurado pela investigação, no caso específico desse capítulo o conhecimento sintético *a priori* da matemática, para retroceder até suas condições de possibilidade. O resultado do regresso analítico é a afirmação de que o fundamento da possibilidade do conhecimento matemático é a intuição pura do espaço e do tempo como constituição formal da sensibilidade da subjetividade transcendental. É justamente sob o pano de fundo do questionamento da natureza do espaço, num contexto de reflexão transcendental sobre a possibilidade do conhecimento matemático, que Kant aborda o problema das contrapartes incongruentes.

O principal desafio que esse problema da geometria impõe é o de explicar como é possível a simultaneidade entre simetria e incongruência. A questão a ser resolvida seria

partidas incongruentes nos textos seguintes: *Metaphysik Herder* (1763, AA 28:15); *Dissertação de 1770* (AA 2: 402ss); *Fundamentos metafísicos da ciência da natureza* (1786, AA 4: 483) e *Que significa orientar-se pelo pensamento?* (1786 AA 8: 134ss). Para uma análise mais detalhada desses textos e da problemática em discussão cf. SEVERO, Rogério P., *Que significa orientar-se? Contrapartidas incongruentes e identificação demonstrativa*, UFRGS, 2000.

⁷ KANT, I., Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik. In: *Kants Gesammelte Schriften*. Herausgegeben von der Königlichen Preussischen Akademie der Wissenschaften. Abt. 1, Bd. IV, Berlin, 1911, p. 280.

a seguinte: Como é possível que existam objetos que são simétricos, ou seja, idênticos em todas suas partes e, no entanto, incongruentes, ou seja, estejam de tal modo situados que não é possível que um recubra plenamente o outro, que um ocupe o mesmo espaço que o outro? Em outras palavras, trata-se de explicar a impossibilidade de congruência entre objetos similares.

Pode-se afirmar que esta dificuldade envolve um paradoxo na medida em que a impossibilidade apontada contraria nossa expectativa mais imediata. De fato, se poderia supor que tomados dois objetos completamente idênticos no que diz respeito a suas determinações qualitativas (posição recíproca das partes ou forma) e quantitativas (magnitude), ou seja, objetos tão idênticos que a descrição completa de um deles não poderia conter nada que não estivesse presente na descrição do outro, então iria “resultar necessariamente, que um pode ser colocado no lugar do outro em todos os casos e relações, sem que esta troca ocasiona a mínima diferença reconhecível” (KANT 1911b, p. 285). De acordo com Kant, entretanto, essa expectativa de compatibilidade entre simetria e congruência seria válida somente para as figuras planas da geometria [*ebenen Figuren der Geometrie*], mas não para todos os objetos espaciais. Em outros casos, os objetos espaciais mostram “apesar daquela concordância interna completa, uma tal diferença na relação externa, que um não se deixa colocar no lugar do outro” (KANT 1911b, p. 285).

Para Kant, o fato de que os objetos, apesar da sua concordância interior completa [*völlige innere Übereinstimmung*], não podem ser substituídos um pelo outro, não apenas contradiz a perspectiva mais imediata do entendimento comum, pois indica também a existência de algum tipo de

diferença entre os objetos que não é explicável através da simples identidade das determinações qualitativas e quantitativas. Dessa maneira, o pensador alemão procura rediscutir esta problemática de modo a evidenciar o idealismo transcendental como única solução possível do paradoxo. Ao apresentar o problema das mãos esquerda e direita, Kant desafia o leitor a tentar solucioná-lo recorrendo à concepção tradicional, de acordo com a qual, o espaço e tempo são ou propriedades inerentes às relações entre as coisas em si mesmas ou são magnitudes absolutas independentes dos objetos como tais .

Fica evidente que a intenção fundamental de Kant ao recorrer ao mencionado problema das partes incongruentes é fornecer um argumento extra para a exposição metafísica do conceito de espaço feita na estética transcendental. A expectativa é a de que os leitores ao exercitar sua sutileza no exame do paradoxo em questão, “[...] quando tiverem procurado em vão sua solução, possam, livres dos preconceitos pelo menos por alguns instantes supor, que a redução do espaço e do tempo a simples formas da nossa intuição sensível tenha sua razão de ser” (KANT 1911b, p. 285). A resistência com relação à tese da idealidade do espaço e do tempo, isto é, sua determinação como formas puras da nossa intuição sensível *a priori*, seria enfraquecida diante da apresentação do idealismo crítico como a única possibilidade de solução do problema das partes incongruentes .

A explicação para a incongruência entre objetos simétricos parte da defesa do caráter intuitivo do espaço. Na *Crítica da razão pura*, podemos ler na exposição metafísica que “o espaço não é um conceito discursivo ou, como se diz, um conceito universal das relações das coisas em geral, mas uma intuição pura” (KANT 1911a, p. 25). Kant argumenta

nos *Prolegômenos* que o problema das contrapartidas incongruentes não pode ser solucionado discursivamente, porque as determinações idênticas dos objetos que se evidenciaram incapazes de esclarecer o paradoxo, são justamente as propriedades apreensíveis intelectualmente através de conceitos. Isso significa que o entendimento isoladamente não é capaz de explicar a incongruência por meio de determinações conceituais .

A solução do paradoxo terá, portanto, como pressuposto a concepção de que a diferença que está em jogo aqui não é conceitual-predicativa, isto é, referente às propriedades dos objetos, mas intuitiva. Desse modo, a solução do problema das partes incongruentes também fortalece, aos olhos de Kant, a concepção do espaço como intuição sensível pura prévia aos objetos empíricos dados na percepção, permitindo afastar a sua definição como um conceito que o entendimento abstrai das relações espaciais entre objetos, como queria, por exemplo, Leibniz. É somente a relação dos objetos simétricos com o espaço como totalidade que permite uma explicação da compatibilidade entre simetria e incongruência. E essa totalidade tem que ser dada previamente numa intuição pura, pois o espaço:

[...] é representado como uma grandeza infinita *dada*. Ora, não há dúvida que pensamos necessariamente qualquer conceito como uma representação contida numa multidão infinita de representações diferentes possíveis (como sua característica comum), por conseguinte, que as contém subsumidas [*unter sich*]; porém nenhum conceito, enquanto tal, pode ser pensado como se encerrasse em si [*in sich*] uma infinidade de representações. Todavia é assim que o espaço é pensado (pois todas as partes do espaço existem simultaneamente no espaço infinito). Portanto, a representação originária de espaço é *intuição a priori* e não conceito. (KANT 1911a, p. 25).

Para Kant, o paradoxo das contrapartidas incongruen-

tes se esclarece através do reconhecimento de uma diferença interna [*innere Verschiedenheit*] que não é apreensível pelo entendimento puro, já “que se manifesta apenas através da relação externa no espaço” (KANT 1911b, p. 286). Se há identidade entre as determinações intrínsecas de dois objetos e simultaneamente há diferença que se manifesta numa incongruência, esta última *somente será determinada tendo como base um sistema de referência exterior ao objeto*. O fundamento da impossibilidade de congruência nas diferenças de localização dos objetos e da relação de suas partes são as relações externas definidas por referência ao espaço único e abrangente como representação *a priori* de caráter intuitivo .

De que modo isto acontece? Como é que a referência dos objetos simétricos à totalidade do espaço, como todo de relações espaciais puras, soluciona o problema das contrapartidas incongruentes? A localização dos objetos simétricos na totalidade do espaço permite a introdução do elemento da *orientação* das partes. A relação entre as partes de um corpo e a sua posição recíproca podem ser idênticas em dois objetos distintos, sua incongruência, ou seja, a impossibilidade de que um objeto ocupe exatamente o lugar do outro só pode decorrer da direção e orientação determinada que essas partes e sua posição podem obter. Trata-se de uma diferença que, na perspectiva kantiana, só é acessível à intuição.

Para ilustrar e fundamentar esta afirmação, Kant decide recorrer a “casos mais ordinários” da “vida comum”. A situação em questão, retirada do cotidiano e descrita por ele no parágrafo 13 dos *Prolegômenos*, merece atenção especial neste contexto, uma vez que é justamente a ela que se reporta Wittgenstein no aforismo 6.36111 do *Tractatus*. Como exemplo possível de objetos idênticos em suas

determinações qualitativas e quantitativas e, no entanto, incongruentes, Kant menciona a mão direita e a sua imagem refletida num espelho. Ele se pergunta: “Pois o que pode ser mais semelhante e mais igual em todas suas partes à minha mão [...] do que sua imagem no espelho?” (KANT 1911b, p. 286). Aqui, mais uma vez, podemos constatar que, apesar de toda igualdade [*Gleichheit*] e semelhança [*Ähnlichkeit*] entre a minha mão e a sua imagem no espelho, se mantém a impossibilidade da substituição de uma pela outra .

A imagem da mão no espelho não pode ser posta no lugar da sua imagem original [*Urbild*], já que a imagem especular, sendo necessariamente uma inversão da imagem original, irá refletir como esquerda a minha mão direita. Por mais que sejam reposicionadas, giradas, movimentadas, as duas mãos, idênticas em suas propriedades geométricas, diferem justamente no fato de serem respectivamente uma mão direita e uma mão esquerda. Há uma diferença que se expressa na orientação da estrutura destes objetos que não é captável através de suas propriedades intrínsecas, pois só é reconhecível unicamente através de uma intuição que situa os objetos no sistema de referências do espaço como totalidade prévia aos mesmos. Nesse sentido, a mão direita e a mão esquerda não podem “ser contidas nos mesmos limites (elas não podem coincidir), a luva de uma mão não pode ser utilizada pela outra” (KANT 1911b, p. 286).

Quais as consequências que Kant retira dessa impossibilidade de substituição? De acordo com a solução oferecida ao paradoxo, a impossibilidade somente seria compreensível caso os objetos espaciais em geral, nesse caso específico a mão direita e seu reflexo no espelho, sejam concebidos como fenômenos/aparecimentos [*Erscheinun-*

gen], ou seja, como determinações representativas inerentes à nossa sensibilidade pura e não como coisas em si mesmas. Caso contrário, seria necessário mostrar como um entendimento puro, sem recorrer à intuição e aplicando unicamente conceitos, poderia apreender a diferença entre objetos iguais, semelhantes, mas incongruentes. Essa possibilidade está de antemão excluída para Kant, porque

[...] a determinação interna de todo espaço é possível apenas através da determinação da relação externa a todo espaço, do qual aquele é uma parte (a relação ao sentido externo), isto é, a parte só é possível pelo todo, o que nunca tem lugar para as coisas em si mesmas enquanto objetos para o mero entendimento, mas sim para os simples aparecimentos.⁸

Essa análise kantiana, como poderemos ver, repercutiu diretamente no *Tractatus Logico-Philosophicus*.

II. O PROBLEMA KANTIANO E A CONCEPÇÃO TRACTARIANA DO ESPAÇO

Pode-se afirmar que quando cita o “problema kantiano da mão direita e esquerda”, no aforismo 6.36111 do *Tractatus*, Wittgenstein tem em vista justamente a discussão do problema das partes incongruentes feita por Kant no § 13 dos *Prolegômenos*. Um primeiro indício de que essa não é uma suposição infundada é a menção da questão kantiana sobre a fundamentação transcendental da matemática nos *Diários* (19.10.14.): “Esclarecimento da questão de Kant ‘como a matemática pura é possível?’ através da teoria das tautologi-

⁸ Idem. Sigo a tradução sugerida por Loparic, que verte o termo alemão *Erscheinung* pelo português “aparecimento”. Esta tradução não apenas concede ao termo um sentido mais “fenomenológico” de manifestação, mostração, como também permite uma tradução mais literal dos poucos trechos onde Kant diferencia *Ercheinung*, *Schein* e *Phänomen*. Cf. LOPARIC, Zeljko, *A semântica transcendental de Kant*, Campinas: Unicamp, 2000, nota de rodapé, p. 6.

as!” (WITTGENSTEIN 1984b, p. 103). Ora, é justamente esse ponto que determina toda a exposição da discussão do problema transcendental geral na primeira parte dos *Prolegômenos*, onde está localizado o parágrafo 13, como foi ressaltado anteriormente. No entanto, outras possibilidades de acesso a análise kantiana não estão excluídas. Wittgenstein também pode ter tido acesso ao problema transcendental da possibilidade da matemática através da leitura do capítulo 8 do *The Problems of Philosophy* e do parágrafo 433 do *The Principles of Mathematics* de Russell.

Mais especificamente, no que diz respeito ao problema dos incongruentes, Visser aponta para outra fonte ainda pouco considerada na recepção do *Tractatus*:

Até onde eu saiba ninguém sugeriu que Wittgenstein retirou sua compreensão [*insight*] sobre este ponto de Ernst Mach. Estou aludindo ao último ensaio que aparece na quarta edição das *Populärwissenschaftliche Vorlesungen* de Mach. O ensaio é intitulado *Eine Betrachtung über Zeit und Raum* e foi mais uma vez impresso no periódico *Das Wissen für Alle*. Aqui Mach está tratando, entre outras coisas, com os exemplos kantianos da mão direita e da orelha direita, que aparecem num espelho como mão esquerda e orelha esquerda. (VISSER 1980, p. 402).

De fato, há dois argumentos apresentados por Mach no ensaio citado que são retomados, quase literalmente, por Wittgenstein no mencionado aforismo do *Tractatus*.

Em concordância com o primeiro argumento de Mach, Wittgenstein recusa a afirmação kantiana de que a impossibilidade da substituição de objetos idênticos não seja válida para as figuras planas da geometria:

O problema kantiano acerca da mão direita e da mão esquerda, que não se pode fazer coincidir, já existe no plano [*Ebene*], mesmo num espaço unidimensional, onde as duas figuras congruentes a e b também não podem coincidir, sem serem movidas para fora deste espa-

ço. (TLP 6.36111)

Segundo Visser, Wittgenstein estaria nessa passagem claramente reproduzindo a argumentação do seguinte trecho do ensaio de Mach, onde ele comenta as pesquisas do matemático Möbius:

O matemático Möbius fez ocasionalmente, quando se ocupava por volta de 1827 com o cálculo baricêntrico por ele mesmo inventado, observações semelhantes às de Kant, muito embora num sentido totalmente diferente. Ele observa que uma figura [Gebilde] linear abc (Fig. 73), que pode ser vista em SS como a imagem simétrica contrária [Gegenbild] de $a' b' c'$ sobre a mesma linha l , *nunca se poderá fazer coincidir com esta última figura por meio de um movimento sobre esta linha; para este fim se deve retirar a figura abc da linha e girá-la [umdrehen], o que torna necessário pelo menos duas medidas (dimensões), ou seja, um plano [Ebene].* (MACH 1987, p. 502-04).

No entanto, mesmo concedida a correção da argumentação de Möbius, ela não apresenta uma solução para o paradoxo das partes incongruentes. Ao contrário, ela apenas estende a impossibilidade da substituição de objetos idênticos a todos os objetos espaciais, incluindo assim a única exceção admitida por Kant, ou seja, as figuras planas da geometria, pois os exemplos kantianos eram sempre de objetos tridimensionais ou bidimensionais não-planos. Por conseguinte, esta argumentação não afeta o ponto chave da análise kantiana, que consistia na afirmação de que a única solução possível para o paradoxo era a afirmação da tese da idealidade do espaço, acompanhada da afirmação de sua natureza intuitiva, ou seja, não-conceitual. Como se sabe, Wittgenstein não é partidário dessa tese. O espaço, o tempo e as cores são concebidos no *Tractatus* como formas do objeto (TLP 2.0251) e não como formas puras da sensibilidade. A forma lógica de um objeto determina de antemão todas as suas possibilidades combinatórias com outros obje-

tos de tal modo que seja possível estabelecer uma relação de pertença constitutiva deste objeto a um espaço próprio de possibilidades. Nesse sentido, todo objeto espacial tem que estar num espaço infinito (TLP 2.0131). Este espaço pode ser pensado vazio, mas o objeto não pode ser concebido fora das suas possibilidades combinatórias constitutivas. Em que medida esta concepção do espaço determina a interpretação wittgensteiniana do problema kantiano da mão direita e esquerda?

Em concordância com o segundo argumento, Wittgenstein compartilha com Mach a ideia de que o recurso ao problema dos incongruentes não é suficiente para fortalecer a tese da idealidade do espaço. De fato, Mach menciona na sequência do ensaio *Eine Betrachtung über Zeit und Raum*, completando a observações de Möbius, que este último estende suas conclusões também para objetos tridimensionais indicando que há aqui também uma impossibilidade da coincidência [*Deckung*] ou congruência entre objetos idênticos nas suas determinações qualitativas e quantitativas. O que fundamenta a impossibilidade da coincidência entre os objetos idênticos, no entanto, não é a *natureza* do espaço, mas a sua *estrutura*. Seria plenamente possível fazer coincidir [*zur Deckung bringen*] os objetos similares e iguais, “se tivéssemos uma quarta dimensão do espaço à disposição” (MACH 1987, p. 504). Esse é o ponto central da diferença da avaliação e interpretação do problema dos incongruentes em Kant, de um lado, e Wittgenstein e Mach, de outro. Enquanto Kant pretende tirar a partir do problema das partes incongruentes conclusões gerais convergentes com a exposição metafísica da natureza do espaço como intuição *a priori*, Möbius e Mach recusam esta conexão, sendo seguidos neste ponto por Wittgenstein .

A tese básica, apresentada por Mach e assumida por Wittgenstein, pode ser exposta do seguinte modo: a impossibilidade da substituição de objetos idênticos e simétricos não diz respeito à questão geral sobre a natureza do espaço, como queria Kant, ou seja, não oferece nenhuma indicação para a decisão crítica a ser tomada diante das três opções teóricas de conceber o espaço: (i) seja como a forma da intuição pura sensível ou (ii) como uma propriedade inerente aos objetos ou, por último, (iii) como uma substância absoluta. Na verdade, a impossibilidade de congruência é apenas um problema que resulta da restrição euclidiana do espaço a três dimensões (horizontal, vertical e longitudinal). O problema das contrapartes incongruentes diz respeito, na verdade, a *uma decisão sobre a estrutura tridimensional do espaço que é pressuposta em todas essas posições assumidas no debate sobre a natureza do espaço mapeado por Kant*.

A abordagem de Mach, que destrói as pretensões de fortalecimento da idealidade do espaço por meio do problema das partes incongruentes, também é utilizada por Wittgenstein contra Kant na segunda parte do aforismo citado: “A mão esquerda e a mão direita são de fato completamente congruentes. E isto não tem nada a haver com o fato de não se poder fazerem coincidir [*zur Deckung bringen*]. A luva da mão direita poderia vestir a mão esquerda, se fosse possível virá-la num espaço quadridimensional” (TLP 6.36111). É necessário distinguir coincidência e congruência dos objetos, uma vez que a impossibilidade da coincidência, ou seja, a impossibilidade de pôr no mesmo lugar os objetos simétricos não resulta de uma incongruência e sim da sua localização num espaço tridimensional. A solução do problema não é obtida, portanto, através de uma discussão teórica sobre a natureza do espaço, mas através da

abertura de uma perspectiva não-euclidiana na geometria. Era justamente a permanência na concepção euclidiana do espaço que permitiu a Kant imaginar ser possível fortalecer o idealismo crítico através de uma análise do problema das contrapartidas incongruentes. O comprometimento com a geometria euclidiana transparece, por exemplo, na argumentação de que o caráter apodítico da matemática indica que a necessidade de uma proposição geométrica tal como “o espaço tem somente três dimensões” (KANT 1911a, CRP B 41) somente pode provir de uma condição prévia, *a priori*, ou seja, uma intuição pura.

O ponto mais interessante no segundo argumento apresentado no aforismo é que ele toca na problemática da dimensionalidade em correlação com a questão mais geral da espacialidade como tal. Wittgenstein havia anteriormente acusado as concepções idealistas do espaço de não conseguir resolver esta questão. No aforismo 4.0412, por exemplo, é afirmado que a principal insuficiência da “explicação idealista da visão das relações espaciais através de um óculos espacial [*Raumbrille*]” é que esta explicação não dá conta da multiplicidade dessas relações. Esta objeção permanece em certa medida incompleta enquanto não for esclarecido o que Wittgenstein entende aqui por uma explicação legítima da multiplicidade. De fato, que tipo de fundamentação poderia ser dada para as dimensões do espaço que ofereça uma alternativa efetiva à proposta idealista?

A despeito do fato dessa questão não ser formulada no *Tractatus*, o ponto central da crítica a Kant foi evidenciado. Ao pressupor a estrutura tridimensional como inquestionável nas discussões sobre o espaço, a filosofia transcendental teria fechado as portas para uma avaliação correta do pro-

blema das contrapartes incongruentes. Ao invés de oferecer uma solução para o problema, o assentamento das estruturas espaciais em formas *a priori* subjetivas impede a consideração adequada do mesmo, especialmente por supor a exclusividade da geometria euclidiana tridimensional como única existente⁹.

Com base nessas considerações, torna-se possível relocalizar a pergunta, proposta no início do artigo a respeito do pertencimento ou não do *Tractatus* à tradição da filosofia transcendental. É evidente pelo exposto acima que a crítica à leitura kantiana do problema das contrapartes incongruentes não envolve aspectos meramente secundários, mas uma recusa frontal do idealismo transcendental ao negar o cerne da revolução copernicana. De fato, Kant utiliza a tese do caráter intuitivo do espaço e tempo como critério principal para demarcar a filosofia crítica frente a todo pensamento pré-crítico, seja metafísico-dogmático ou empírico-cético, pois é justamente a partir daí que é estabelecida a distinção fundamental entre idealismo e realismo. Como observa o filósofo de Königsberg, deve-se entender

[...] por *idealismo transcendental* de todos os fenômenos a doutrina que os considera, globalmente, meras representações e não coisas em si mesmas e, de acordo com a qual o espaço e tempo são apenas

⁹ A posição de Kant poderia ser defendida afirmando-se que a estética transcendental apresenta um conceito transcendental de espacialidade que é neutro frente tanto aos desenvolvimentos da geometria, como uma objetificação do espaço e suas estruturas, quanto aos da física, ao determinar quais as estruturas formais da matemática são relevantes para a aplicação empírica. Seria possível talvez supor que o espaço enquanto condição transcendental da experiência externa não pode determinar o número de dimensões do espaço matemático, permanecendo essa determinação como resultado de construções específicas da pesquisa geométrica pura, nem determinar qual a matemática válida para a experiência, permanecendo esta escolha uma opção metodológica da pesquisa física. Cf. HÖFFE, Otfried. *Kants Kritik der reinen Vernunft. Die Grundlegung der modernen Philosophie*. C.H. Beck : München, 2003, p.111-2. Este esforço não esclarece suficientemente o significado desta neutralidade do espaço e qual seria o tipo de relação entre a filosofia transcendental e a geometria.

formas sensíveis da nossa intuição, mas não determinações dadas em si ou condições de objetos enquanto coisas em si mesmas. A este idealismo opõe-se um *realismo transcendental*, que considera o espaço e o tempo algo dado em si (independente da nossa sensibilidade). (KANT 1911a, CRP A 369).

A partir desse trecho da *Crítica da Razão Pura* pode-se concluir que é bastante frágil qualquer tentativa de vincular Wittgenstein com a filosofia transcendental a partir da manutenção de teses estritamente kantianas. A rejeição do idealismo transcendental oferece um obstáculo quase intransponível para esta abordagem.

De qualquer modo, a negação da idealidade do espaço não pode ser considerada uma exclusividade da posição de Wittgenstein. Este “conceito não-sensualista da sensibilidade” (HEIDEGGER 1998, p. 27), atrelado como está à distinção entre númeno/fenômeno, é tão radical que não possui precursores, sendo também exíguo o número de defensores e continuadores, mesmo entre os que são classificados costumeiramente como herdeiros do kantismo. Desde o início da recepção da *Crítica da Razão Pura* foi enorme a controvérsia em torno da noção de coisa em si em função das dificuldades do esclarecimento da ocorrência da afecção¹⁰. Esse debate gerou reformulações da filosofia transcendental através de autores como Fichte, Husserl, Cassirer, Apel que excluem a principal consequência da tese da idealidade do espaço/tempo, qual seja, a concepção do “duplo ponto de vista” (KANT 1911a, CRP B XX) de consideração do objeto como fenômeno e númeno. Esse fa-

¹⁰ Cf. A respeito da complexidade desse debate no período imediatamente posterior a Kant: BONACCINI, Juan Adolfo. *Kant e o problema da coisa em si no idealismo alemão: sua atualidade e relevância para a compreensão do problema da Filosofia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal: UFRN, programa de Pós-graduação em Filosofia 2003.

to, entretanto, nunca foi um impedimento para a localização desses autores na linha de continuidade de um pensamento de inspiração kantiana, ainda que não necessariamente kantiano.

Defendo que a mesma abordagem é válida para o caso do *Tractatus*. Wittgenstein também não admite o caráter ideal, no sentido kantiano de nulidade, do espaço e do tempo¹¹. Ao invés de pertencerem à forma *a priori* da subjetividade transcendental, espaço e tempo, juntamente com a cor, são “formas dos objetos” (TLP 2.0251). Com tal concepção, o pensador austríaco seria, muito provavelmente, rotulado por Kant como realista transcendental. É evidente que, independente de todo e qualquer lugar ou função que possa ser concedido a uma subjetividade não-empírica no interior da articulação conceitual do *Tractatus*¹², nenhuma operação de síntese é colocada como fundamento da objetividade em geral. Os objetos que compõe o mundo não são determinados por princípios *a priori* do entendimento, pois a sua forma lógica é intrínseca, ou seja, referente a sua própria natureza. (TLP 2.0123). Se há uma substância que “subsiste independentemente do que seja o caso” (TLP 2.014), que consiste na “forma fixa” (TLP 2.023) do mundo, então a permanência não é o esquema temporal para aplicação da categoria de substância sobre o múltiplo sensível, mas a consistência do que funciona como base inalterá-

¹¹ Na medida em que espaço e tempo são considerados formas *a priori* da intuição, eles não têm nenhuma aplicação fora da relação com a sensibilidade, ou seja, não são nada no que diz respeito às coisas em si mesmas. Nisto consiste a sua nulidade, expressa no seguinte passo da *Crítica*, no qual Kant afirma que a idealidade transcendental consiste no fato de que “o espaço não é nada, tão logo retiremos a condição de possibilidade de toda experiência e o tomamos como algo que serve de fundamento as coisas em si mesmas.” (KANT 1911a, CRP A 28/ B 44).

¹² Cf. CUTER, J. V. G. Subjetividade Empírica e Transcendental. *Philosophos* (UFG), v. 8, p. 79-86, 2003.

vel de todos os mundos possíveis. Este mundo ao qual o sujeito não pertence (TLP 5.632) possui uma armação que não depende de nenhuma intervenção subjetiva formadora, ainda que o mundo seja o meu mundo .

Como responder então a pergunta colocada no início do artigo? Não sendo Wittgenstein um kantiano, qual seria o seu vínculo com a filosofia transcendental? É evidente que o que importa não é garantir um ordenamento histórico adequado ao *Tractatus*, mas tornar visível através da interpretação textual do aforismo 6.36111 qual o conceito de filosofia que sustenta as considerações sobre espacialidade. Uma vez descartada a afirmação do pertencimento à tradição da filosofia transcendental por meio da manutenção de teses kantianas, resta a opção de determinar elementos que são constituintes da filosofia transcendental em todas as suas variações. Esses elementos não precisam compor um padrão a-histórico cristalizado, podem ser descritos como constantes que são retomadas na reformulação, feita pelos pósteros, de um modo de pensar inaugurado por Kant. Claro que esta é uma tarefa bastante complicada que não poderá ser resolvida nos limites deste artigo¹³. Provisoriamente, utilizarei uma definição ampla e, assim espero, não controversa, de filosofia transcendental, a saber, transcendental é toda filosofia que investiga a relação interna entre um domínio de fatos dados e suas condições *a priori* de possibilidade. Para exemplificar a continuidade na transformação presentes nos desdobramentos, posso ressaltar que um ponto de variação na concretização da investigação trans-

¹³ Pode-se obter uma nítida impressão da dificuldade desta tarefa a partir do intrincado debate em torno dos “argumentos transcendentais”. Cf. NIQUET, Marcel. *Transzendente Argumente. Kant, Strawson und die sinnkritische Aporetik der Detranszendentalisierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1991.

condicional das condições *a priori* é o da determinação da sua constituição ou natureza, por exemplo, se são formas da subjetividade, ou estruturas existenciais de caráter estático-temporais, ou mesmo princípios do discurso argumentativo, etc.

Para ler o *Tractatus* como uma investigação de condições de possibilidade é inevitável partir da afirmação de que “a lógica é transcendental” (TLP 6.13). Seguindo o fio condutor da definição provisória apresentada, teríamos que encontrar uma relação de possibilitação entre a lógica, como condição *a priori*, e algum domínio factual. Isso pode ser encontrado já na primeira ocorrência do conceito de “possibilidade” no *Tractatus*, ali estão correlacionados, de modo convergente com a interpretação aqui defendida, lógica, possibilitação e espacialidade: “A lógica trata de cada possibilidade e todas as possibilidades são fatos seus. Assim como não podemos de modo algum pensar em objetos espaciais fora do espaço, em objetos temporais fora do tempo, também não podemos pensar em *nenhum* objeto fora da possibilidade de sua ligação com outros” (TLP 2.0121). Wittgenstein remete o mundo como totalidade dos fatos ao espaço lógico, ou seja, a ordem *a priori* de possibilidades.

O caráter transcendental da lógica no *Tractatus* pode ser esclarecido, inicialmente, por meio do movimento de ultrapassagem que já está implícito na etimologia do conceito¹⁴. Há ultrapassagem na medida em que a lógica é “*anterior a*

¹⁴ A palavra “Transcendental” provém do verbo latino *transcendere* que significa ir além, ultrapassar. Cf. KNOEPFFLER, Nikolaus. *Der Begriff “transzendental” bei Kant. Eine Untersuchung zur “Kritik der reinen Vernunft”*. München: Herbert Utz Verlag, 2001. É justamente o fato de que a noção de ultrapassagem pressupõe uma espécie de fronteira e o trânsito de um lado para outro da linha demarcatória que dá origem ao uso do termo “transcendental” no significado de transcendência metafísica, como sinônimo de transcendente. Como se sabe, não é este o sentido primário do uso do termo em Kant e Wittgenstein.

toda experiência – de que algo é *assim*. Ela é anterior ao como, não é anterior ao quê” (TLP 5.552). Há anterioridade da lógica, porque todo fato, ou seja, um estado de coisas efetivo sempre apresenta uma ligação de objetos já “prevista” no espaço lógico. Todas as configurações factualmente observáveis de objetos em estados de coisas, que são contingentes e variáveis, já estão, “desde sempre” inseridas numa armação lógica (TLP 3.42), pois todas as possibilidades de combinação já estão “prejulgadas” (TLP 2.012) na coisa. É justamente nisso que consiste a forma do objeto, “a possibilidade de seu aparecimento em estados de coisas.” (TLP 2.0141) A “realidade total” (TLP 2.063) que é o mundo, enquanto totalidade de fatos, já está desde sempre abarcado, abrangido pelo espaço lógico das possibilidades (TLP 1.13). A factualidade dos estados de coisas “foi” transcendida pelas possibilidades desta “rede infinitamente fina” que é o espaço lógico.

Para um melhor entendimento da ultrassagem da factualidade do “como-contingente” das configurações pelo “que-necessário” do conjunto de possibilidades, é preciso perseguir a única pista conceitual deixada por Wittgenstein. Refiro-me a noção, claramente não-kantiana, de “espelhamento”. De fato, no mesmo aforismo 6.13 o autor afirma: “A lógica não é uma teoria, mas uma imagem especular [*Spiegelbild*] do mundo. A lógica é transcendental.” O esclarecimento da transcendentalidade da lógica pressupõe uma discussão da noção de “*Spiegelbild*”, pois através dela é indicada a relação entre espaço lógico e mundo. No *Tractatus* são destacados dois aspectos na relação entre esses dois sistemas que são a linguagem e o mundo: de um lado, a proposição afigura estados de coisas através da descrição das propriedades externas dos objetos e, de outro, a proposição

espelha as propriedades internas dos objetos. Essa distinção entre afigurar e espelhar é correlativa à distinção entre dizer e mostrar: “A proposição não pode representar a forma lógica, esta forma se espelha na proposição. O que se espelha na linguagem, esta não pode representar” (TLP 4.121). Em outras palavras, a lógica é transcendental porque “abrange tudo e espelha o mundo” (TLP 5.511), pelo fato de todo estado de coisas efetivo já ter sido, “antecipadamente”, ultrapassado pelo conjunto de possibilidades, de toda factualidade já estar envolvida pelo espaço lógico .

Há uma proximidade entre Kant e Wittgenstein que consiste na busca das condições de possibilidade *a priori* dos objetos. Num caso particular, inclusive, este esforço de determinação de condições transcendentais apresenta formulações bastante semelhantes. Como, por exemplo, quando Wittgenstein observa que “cada coisa está como que num espaço de possíveis estados de coisas. Esse espaço, posso concebê-lo vazio, mas não a coisa sem o espaço.”¹⁵ (TLP 2.013) – texto que parece ressoar o seguinte trecho da estética transcendental:

O espaço é uma representação necessária, *a priori*, que fundamenta todas as intuições externas. Não se pode nunca ter uma representação de que não haja espaço, embora se possa pensar que não haja nenhum objeto no espaço. Ele é considerado como condição de possibilidade dos fenômenos, não como uma determinação dependente deles; é uma representação *a priori*, que está necessariamente no fundamento de todos os fenômenos externos.” (KANT 1911a, CRP A 28/ B 44).

¹⁵ Há uma ambivalência no uso do termo “espaço”, podendo significar, numa acepção ampla, tanto um sistema qualquer de coordenadas composto por todas as possibilidades de ligação, por exemplo, espaço das cores, dos sons etc., quanto a acepção mais estrita de espaço. Ainda assim, a afirmação é válida para as duas acepções o que torna a ambivalência sem importância para o que quero ressaltar: a dimensão transcendental do *Tractatus*.

Ainda assim, mesmo considerando o espaço como condição transcendental, a diferença entre os autores é delimitada pela caracterização desta condição. Para Kant, o espaço é uma intuição inscrita na subjetividade como forma da sensibilidade; para Wittgenstein, é uma condição dos estados de coisas em sua configuração que está inscrita no próprio objeto enquanto sua forma intrínseca .

De que modo situamos o *Tractatus* na linha de influência que inicia com a *Crítica da Razão Pura*? O que se manteve é o pressuposto básico de toda filosofia transcendental, qual seja, o de que a realidade efetiva (factualidade) está sempre envolvida por condições de possibilidade que a ultrapassam na medida em que a determinam; o que se abandonou foi a concepção de racionalidade subjetiva que opera de acordo com o pressuposto de que “conhecemos *a priori* das coisas, o que nós mesmos pomos [*legen*] nelas” (KANT 1911a, CRP B XX). Pela diferença vemos que Wittgenstein não era kantiano; pela proximidade notamos que a permanência de elementos fundamentais do modo de pensar transcendental iniciado pelo filósofo de Königsberg que nos permitem ler o *Tractatus* a partir desta tradição.

Abstract: This article presents a reading of aphorism 6.36111 of *Tractatus Logico-Philosophicus* by Wittgenstein, from its localization in the critical, wide-reaching, debate on the project of transcendental philosophy. The intention of the article consists of clarifying the historical background suggested by the mention of the “Kantian problem”. This shows that Wittgenstein found in the context of the dispute about spacial representation, that which is not explicit in the aphorism, some arguments to reject the key concept of Kant’s theoretic philosophy: the ideality of space as a pure form of intuition.

Keywords: Transcendental Philosophy; Space; Wittgenstein; Kant.

REFERÊNCIAS

BONACCINI, Juan Adolfo. *Kant e o problema da coisa em*

si no idealismo alemão: sua atualidade e relevância para a compreensão do problema da Filosofia. Rio de Janeiro: Re-lume Dumará; Natal: UFRN, Programa de Pós-graduação em Filosofia, 2003.

CUTER, J. V. G. . Subjetividade Empírica e Transcenden-tal. *Philósophos* (UFG), v. 8, p. 79-86, 2003.

_____. Por que o Tractatus necessita de um sujeito trans-cendental?. *Dois Pontos* (UFPR), v. 3, p. 171-192, 2006.

HACKER, P.M.S., *Einsicht und Täuschung, Wittgenstein über Philosophie und die Metaphysik der Erfahrung*. Frank-furt: Suhrkamp, 1978.

HALLER, R. *Wittgenstein e a filosofia austríaca: Questões*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

_____. Wittgenstein: um neo kantiano? In: *Wittgenstein e a filosofia austríaca: Questões*. São Paulo: Editora da Uni-versidade de São Paulo, 1990, p.55-66.

HEIDEGGER, M. *Kant und das Problem der Metaphysik*. Gesamtausgabe Bd. 3, .Vittorio Klostermann, 1998.

HÖFFE, O. *Kants Kritik der reinen Vernunft . Die Grundle-gung der modernen Philosophie*. München: C.H. Beck, 2003.

KANT, I. *Kants Gesammelte Schriften*. Herausgegeben von der Königlichen Preussischen Akademie der Wissen-schaften (Berlin: G. Reimer. 1902-ff.); Königlichen Preussis-chen u. Deutschen Akademie der Wissenschaften. Berlin: W. De Gruyter. 1922-ff. (29 vols.)

_____. *Kritik der reinen Vernunft*. In: *Kants Gesammelte Schriften*. Herausgegeben von der Königlichen Preussis-

chen Akademie der Wissenschaften. Abt. 1, Bd. III, Berlin, 1911a .

_____. *Crítica da razão pura*. 4. ed. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

_____. *Prolegomena zu einer jeden künftigen Metaphysik*. In: *Kants Gesammelte Schriften*. Herausgegeben von der Königlich-Preussischen Akademie der Wissenschaften. Abt. 1, Bd. IV, Berlin, 1911b .

_____. *Prolegômenos a toda a metafísica futura*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.

KNOEPFFLER, Nikolaus. *Der Begriff "transzendental" bei Kant*. Eine Untersuchung zur "Kritik der reinen Vernunft". München: Herbert Utz Verlag, 2001.

LOPARIC, Zeljko. *A semântica transcendental de Kant*. Campinas: Unicamp, 2000.

MACH, E., *Eine Betrachtung über Zeit und Raum*, in: *Populär-wissenschaftliche Vorlesungen*. Wien; Köln; Graz: Böhlau Verlag, p. 492-508, 1987 .

MARQUES, José Oscar de A., *Espaço e tempo no Tractatus de Wittgenstein*. In : ÉVORA, F.R.R. (org)., *Espaço e Tempo*, Campinas: CLE-Unicamp, 1995, p.109-131. (Disponível em: <http://www.unicamp.br/~jmarques/pesq/wittgenstein.htm>)

NIQUET, Marcel. *Transzendente Argumente. Kant, Strawson und die sinnkritische Aporetik der Detranszendentalisierung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1991.

SEVERO, Rogério P., *Que significa orientar-se?: Contrapartidas incongruentes e identificação demonstrativa*. Dissertação (Mestrado). UFRS, 2000 .

VISSER, H. Wittgenstein as a Non-Kantian Philosopher, In: *Proceedings of the 5th International Wittgenstein Symposium*, p. 399-405, 1980.

WITTGENSTEIN, L., *Tractatus Logico-Philosophicus*, Schriften vol. 1, Suhrkamp, 1984a.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Trad., notas e ensaio introdutório de Luiz Henrique L. Santos. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. *Tagebücher 1914-1916*. In: Schriften, vol.1, 1984b.